



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638868 - SP (2021/0003284-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ALMIRA LEAL DE JESUS
ADVOGADO : ALMIRA LEAL DE JESUS - SP346124
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR LEAL RODRIGUES BIZI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR LEAL RODRIGUES BIZI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1526206-26.2020.8.26.0050).

O paciente encontra-se preso preventivamente por, supostamente, ter infringido o art. 157, inciso II, do Código Penal.

A impetrante alega que não está devidamente caracterizada a autoria do crime de roubo, bem como que estão ausentes os requisitos legais para manutenção da prisão preventiva.

Requer a concessão liminar da ordem para que seja relaxada a prisão do paciente com a imediata expedição de alvará de soltura em favor deste. Requer, outrossim, seja o presente pedido de *habeas corpus* julgado procedente ao final, confirmando-se a decisão liminar.

Caso não seja o entendimento do Tribunal, pleiteia a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, ante a ausência dos requisitos necessários à manutenção da prisão. Pede, ainda, seja o presente pedido de *habeas corpus* julgado procedente ao final, confirmando-se a decisão liminar.

Subsidiariamente, requer seja aplicada qualquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, de forma preferencial, aquela consistente no comparecimento periódico em Juízo.

Por derradeiro, quando do julgamento do presente *writ*, requer, caso já haja sentença condenatória proferida pela autoridade coatora e sendo mantido encarcerado o paciente, seja a ele concedido o direito de apelar em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente